

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Fotos: Cicero Rabello

Assembléia geral: 28 de agosto, quinta-feira, às 10h, no prédio da Reitoria

Pauta: informes e descongelamento das ações judiciais

Dia de Protesto!

Na manhã ensolarada, manifestação em defesa dos HUs e pelo descongelamento das ações judiciais transformou a rotina da UFRJ.

PÁGINAS 2, 3, 4, 5 E 6

AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

Reunião do IPPMG

Nesta quarta-feira, dia 27, às 10h, será realizada a reunião dos trabalhadores do IPPMG no salão nobre. Pauta: informes sobre assuntos de interesse específico dos trabalhadores da unidade e mobilização pelo descongelamento das ações judiciais.

Reunião do HU

Terça-feira, dia 26, às 11h, os trabalhadores do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho realizarão reunião no auditório 4E44. Em pauta: fundação estatal de direito privado e descongelamento já das ações judiciais.

Reunião de mobilização

A Comissão de Mobilização se reúne nesta terça-feira, dia 26, às 14h, na subsede sindical no HU. Toda a categoria está convidada a contribuir com este esforço de organização da luta pelo descongelamento já das ações judiciais.

O Hesfa pede socorro!



PÁGINA 12



CRESCER A MOBILIZAÇÃO

Semana agitada na UFRJ

A semana passada foi de demonstração de vitalidade política da categoria. Uma assembléia na quarta-feira como há muito não se via dentro da jornada de mobilização que culminou com o ato de quinta-feira, dia 21. O crescimento do movimento não aconteceu por acaso. A assembléia e o ato foram precedidos de iniciativas políticas

que resultaram na constituição de comissão de mobilização e de "arrastão" e panfletagem convocando os servidores para o movimento e chamando atenção para a gravidade da situação – hospitais ameaçados e congelamento de ações judiciais. Mas os desafios são muitos e existe muito caminho pela frente.



ASSEMBLÉIA. Mais de 300 pessoas participaram no auditório do CT



COMISSÃO. Companheiros se organizaram na Comissão de Mobilização



PANFLETAGEM. No esforço concentrado, o pessoal foi aos locais de trabalho convocar colegas. Nas fotos, panfletagem no HU e no IPPMG



O que eles dizem

“A população precisa apoiar nossa mobilização, aderindo ao abaixo-assinado para evitar o andamento do Projeto 92 no Congresso Nacional. Se hoje os HUs estão precários, ficarão muito pior administrados pelas fundações estatais de direito privado. Os trabalhadores em educação da UFRJ também reivindicam o cumprimento das ações judiciais, conquistadas na justiça.”

Francisco de Assis, Coordenador do SINTUFRJ

“Estamos hoje aqui chamando a atenção da população, dos estudantes, professores e da categoria para a mobilização nacional contra a pretensão do governo Lula de pôr nas mãos do capital privado os hospitais universitários. A aprovação desse projeto vai acabar com a função pública dos hospitais.”

Fábio Marinho, da Escola de Serviço Social

“Não podemos deixar que os planos de saúde invadam os hospitais públicos e retirem o direito da população carente. Defendemos educação e saúde de qualidade para todos.”

Therezinha Lima de Souza, aposentada da UFRJ

Depoimentos

Ao passar pelo ato, o prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos, lembrou que a Reitoria é contra as fundações estatais de direito privado. “Somos contra, temos um princípio, inclusive o assunto já foi discutido no Conselho Universitário por decisão do reitor Aloísio Teixeira”. Sobre o congelamento das ações judiciais, disse “que é um absurdo o que o Ministério do Planejamento está fazendo, porque é uma causa ganha pela categoria”.

“O congelamento é um desrespeito ao trabalhador. Há anos estávamos com o salário congelado e, na hora de dar um aumento para repor parte das perdas, acontece isso: as ações judiciais que nos consumiu anos de luta são congeladas. É assim que a gente vê o que nós, funcionários públicos, estamos valendo. Como nesse país só conseguimos alguma coisa com greve, vamos à greve”, propôs Sidney Luís Ferreira, odontólogo do HU há 21 anos.

Andréa Cristina, paciente do HU há vários anos, mãe de um casal hoje com 13 e 9 anos, mas desde que nasceram são assistidos pelo IPPMG, pois sofrem de colesterol alto e obesidade, foi taxativa: “Não tem lógica haver privatização desses hospitais. Muita gente vem para cá de longe para se tratar. Se isso acontecer, crianças e idosos, principalmente, morrerão, pois não têm condições de pagar por tratamentos caros e por transplantes.”

CRESCER A MOBILIZAÇÃO

Um dia para não esquecer

Manifestação foi em defesa dos hospitais universitários e pelo descongelamento das ações judiciais

Fotos: Cicero Rabello

No Dia Nacional de Luta em Defesa dos Hospitais Universitários, os técnicos-administrativos da UFRJ paralisaram as atividades e realizaram ato no pilotis do HU. A manifestação atraiu a atenção dos usuários do hospital, estudantes e professores. A maioria das pessoas com quem os militantes conversaram aderiu ao abaixo-assinado contra o Projeto de Lei Complementar 92/2007 que cria as fundações estatais de direito privado.

Carta aberta foi entregue à população explicando sobre os riscos que representa para os pacientes, para a formação de profissionais de saúde e para a pesquisa científica a aprovação do PLP 92 pelo Congresso Nacional. Na UFRJ, a categoria também protestou contra o congelamento das ações judiciais pelo Ministério do Planejamento. Os percentuais dos 28,86%, 3,17% e 26% nos contracheques são conquistas da categoria.

Luto e luta

A agitação no pilotis do HU começou cedo. Às 9h, a tenda branca e as mesinhas para coleta de assinaturas ao abaixo-assinado já estavam montadas, organizadas e funcionando. O espaço foi decorado com faixas da CUT, Fasubra, SINTUFRJ e outras com palavras de ordem das lutas da categoria nesse momento. Mas o que chamava mesmo a atenção eram os mil balões de gás pretos presos em varais de barbante. As bolas estavam enfeitadas com os adesivos vermelhos da campanha pelo Descongelamento Já, e simbolizavam

luto pelas ameaças do governo aos hospitais universitários. A realização do ato na quinta-feira, 21, foi decidida pelos trabalhadores na assembléia do dia anterior, que também aprovou favoravelmente a adesão à paralisação nas universidades federais proposta pela Federação.

O ato de protesto dos trabalhadores da UFRJ foi encerrado às 12h, com um forte apitagem e os participantes soltando os balões de gás. De acordo com integrantes da Comissão de Mobilização, a manifestação em frente ao HU cumpriu o seu propósito: mil cartas abertas à população foram distribuídas e conseguida a adesão de centenas de pessoas ao abaixo-assinado que será levado ao Congresso Nacional pela Fasubra.



OCUPAÇÃO. Na manhã ensolarada, a companheirada mostrou disposição política



QUARTA-FEIRA, DIA 20. Mesa da assembléia no auditório do CT. Além da paralisação e luta contra as fundações, o FGTS foi assunto

DEFESA DOS HUs

Projeto de fundações está na Câmara

Parecer de parlamentar, relator do projeto, Tadeu Filippeli (PMDB/DF), é favorável à proposta

O projeto de lei complementar (PLP) 92/07, do Executivo, que autoriza a criação das fundações estatais na administração pública está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O parecer do relator Tadeu Filippeli (PMDB/DF) é favorável à proposta. A Fasubra espera que o abaixo-assinado que corre o país colhendo adesões no movimento pela derrubada do projeto de lei chegue à marca de um milhão de assinaturas. O documento será entregue depois de uma marcha nacional unificada, prevista para os dias 9 e 10 de setembro, contra as fundações e em defesa da paridade dos aposentados.



Fotos: Cícero Rabello

QUINTA, DIA 21. A jornada de luta, que teve o pilotis do HU como cenário de mobilização



DIA DE PARALISAÇÃO. A categoria se encontrou no HU para protestar contra as fundações



ABAIXO-ASSINADO. Recolhimento de assinaturas em defesa dos hospitais universitários

Seminário aponta alternativas

Nos dias 18 e 19, a Fasubra organizou um seminário nacional sobre os hospitais universitários em que discutiu modelos de gestão e financiamento que desmistificaram a proposta do PLP 92, de modelo das fundações estatais, como única saída para a crise dos HUs. As discussões vão embasar a elaboração de proposta para apresentação nas audiências públicas da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

O SINTUFRJ foi representado pela delegação composta pelos coordenadores de Políticas Sociais Ruy de Azevedo, Carmen Lúcia e Vera Lúcia. Na próxima semana, continuando a repercussão do evento, o Jornal do SINTUFRJ publica a avaliação da sua delegação.

Segundo Vera Miranda, coordenadora da Fasubra, o seminário orientou suas discussões pelo Projeto de Universidade Cidadã da Federação, com base nos demonstrativos sobre gestão e financiamento — para ser disputado no Congresso e no MEC como alternativa de modelo de gestão que reafirma os HUs como hospitais de ensino.

Os participantes reafirmaram posição contrária a qualquer outra forma de gestão que não seja pública para serviços públicos. A discussão também apontou para a reafirmação de todas as ações definidas no calendário da Fasubra. Mas a direção vai trabalhar no fechamento do projeto no que toca aos HUs, focado na questão do financiamento.

“A discussão é: queremos orçamento global e não mais que a contrapartida seja apenas um reembolso, mas que o dinheiro venha de forma carimbada, ordenada. Vamos estudar como traduzir isso em termos de legislação”, afirmou Vera.

No tocante à gestão de pessoal e administração, o diagnóstico foi de que é preciso reivindicar o cumprimento da Lei nº 11.091 (Carreira), a partir do dimensionamento de pessoal, e matriz de alocação de vagas com base nos padrões da OMS (Organização Mundial da Saúde), para reposição por concursos do quadro pessoal. “É só aplicar lei que começa a resolver (o problema da falta de pessoal)”.

“Com isso está totalmente desmistificado que a saída é a fundação estatal. É preciso investir em pessoas e em mais recursos”, concluiu a coordenadora.

Alice Portugal: “cheque em branco”

A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) insiste que, em virtude da inclusão do ensino e pesquisa, inclusive os hospitais universitários, entre as áreas passíveis de transformação (com a adoção do substitutivo de Pedro Henry — PP/MT), o projeto deve ser submetido à Comissão de Educação. Mas por enquanto só existe previsão de uma audiência pública sobre o tema.

“O projeto é um cheque em

branco que governo mandou para o Congresso”, comentou a deputada, “preenchido de acordo com interesses que são os passos para a privatização do setor público. Chegou em branco e sai piorado. Inclui os hospitais universitários, o ensino e a pesquisa. O prejuízo não se dará apenas nas universidades.”

Alice comenta sobre a semelhança com o modelo das organizações sociais de Bresser Pereira,

com “seu DNA privatista, que repassa funções típicas do Estado para a mão de terceiros e que poderá levar a um desastre, digamos, funcional e administrativo em diversas áreas do setor público”.

Ela destaca a importância da pressão de sindicatos e da categoria para que o debate tenha profundidade, tamanha a modificação que poderá haver na arquitetura institucional do setor público.

“Acredito que temos uma reserva de consciência que é suficiente para que dê o grito de alerta através das lideranças sindicais. Apesar dos avanços que vem tendo o governo Lula, há também um viés conservador que ainda compreende que educação e serviço público são gastos e não investimento que é preciso combater. É preciso levantar a voz em defesa de interesses coletivos”, concluiu Alice Portugal.

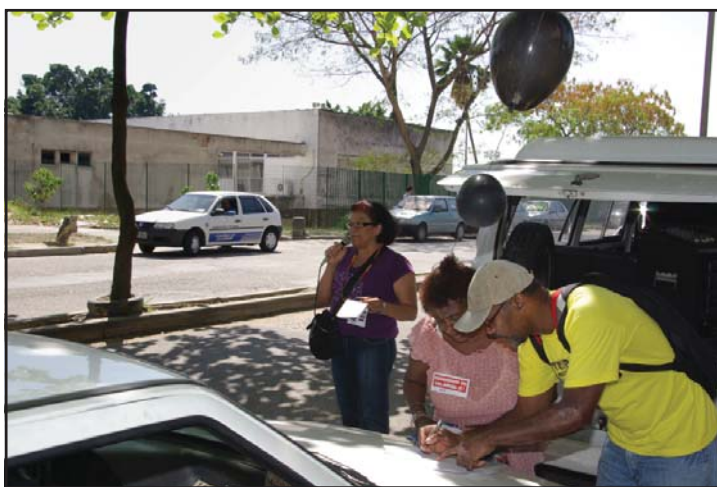
EM DEFESA DOS HUs

Nas mãos do Conselho Universitário

Reitor Aloísio Teixeira diz que é contra as fundações e quem vai decidir será o colegiado

O reitor Aloísio Teixeira, contrário às fundações, defende a manutenção dos HUs na Universidade e disse aos membros do Consuni que o assunto será pautado para discussão e deliberação na UFRJ: “Os HUs só serão transformados em fundação por decisão dos colegiados, portanto é o Consuni que decidirá”, afirmou.

Da bancada técnico-administrativa no Consuni, Roberto Gomes é enfático: “Minha posição (e, acredito, de toda bancada) em relação ao projeto de fundação estatal é totalmente contra, pois considero que seja a forma encontrada pelo Governo para a privatização dos hospitais. Também somos contrários à forma proposta de contratação de servidores, que deixarão de ser regidos pelo RJU e passam a ser contratados pela CLT, tendo a partir disso dois tipos de regime trabalhista dentro da Instituição. Outro fato que nos preocupa diz respeito aos servidores lotados nos hospitais, que com a aprovação das fundações serão cedidos a estas fundações, tendo de se adequar às suas regras. Já solicitamos ao Conselho Universitário, e conseqüentemente à Instituição, uma discussão mais ampla sobre o tema e um posicionamento claro da UFRJ. Esta solicitação ainda não foi acatada pelo Consuni, nem pelo seu Presidente”, disse Gomes.



MUITO AGITO. Balões abastecidos e a campanha em busca de assinaturas contra a implantação das fundações. Um gesto repetido em vários pontos do país



Fotos: Cicero Rabello

O que pensam os diretores de hospitais

Antônio Carneiro, diretor do Instituto de Ginecologia: “Estamos num hospital de ensino e pesquisa, não somos meros prestadores de serviço. Ensinar e pesquisar é objetivo-fim do hospital. Não deve ficar atrelado às regras do Ministério da Saúde, mas integrado. Tenho defendido essa posição desde que assumi a direção do instituto, ou seja: prestar assistência de qualidade dentro das condições de falta de recursos financeiros e humanos. O que atrapalha mais hoje é a falta de recursos humanos em quantidade e qualidade e de recursos financeiros. Precisamos de uma postura mais enfática do MEC em relação a isso. Outra coisa importante é o hospital ter orçamento próprio. Não quer dizer que sejamos transformados em fundação. Há prós e contras, e a discussão tem que ser aprofundada”.

Alexandre Cardoso, diretor do HUCFF: “Vou me posicionar quando a discussão for aos colegiados. É uma proposta de reforma do Estado. Essa é a questão maior e inclui aspectos ligados aos hospitais universitários como órgãos públicos que são. O modelo hoje não foi adequadamente testado. O financiamento está aquém de nossas necessidades. Para contrapor um modelo ao outro tem que dar condições plenas de existência. Se tivéssemos possibilidade real de dotação orçamentária, de renovação de nossa força de trabalho, teríamos elementos para testar o modelo. Eu gostaria de ver esse modelo testado. Vamos colocar recursos adequados e avaliar daqui a cinco anos”.

Marcelo Land, diretor do IPPMG: “Estamos pensando em fazer uma nova discussão em se-

tembro. Temos que ver todas as alternativas disponíveis para analisar qual a melhor para a UFRJ. Depende de debates com a comunidade. Minha posição, como diretor, é sempre de abrir o diálogo com a comunidade e analisar todas as alternativas possíveis”.

Cristina Loyola, do Hesfa: Não acho que a questão possa ser simplificada dessa forma — a favor ou contra. Temos um problema de gestão de recursos humanos no serviço público, mas também temos problemas de recursos financeiros. Só alterar pela forma é equivocada. Mas também temos que reconhecer que temos problemas de gestão de recursos humanos na UFRJ. Agora, também está claro para mim que essa situação de cooperativas é precária, absolutamente injusta. A solução, primeiro, é ter

mos orçamento próprio. Temos que resolver a precariedade das cooperativas, que não podem ser pagas com dinheiro do SUS. Qual a saída? Não tenho uma rejeição total à proposta do governo, do ministro Temporão. Só acho que só mudar a natureza de gestão não resolve”.

Gilvan Renato Muzy de Souza, do Instituto de Doenças do Tórax: “Primeiro, a crise dos hospitais é antiga. O que ocorre é que com ou sem fundação estatal, se você não tiver orçamento definido não pode trabalhar. As pessoas esquecem quanto custa o ensino ou o aluno de Medicina. O SUS, no momento que faz contrato com o HU, estipula essa tabela malvada que não paga sequer insumos básicos. Mas e o ensino? Quem paga? O hospital universitário é do MEC. O SUS não forma profis-

sionais de saúde. O melhor campo da Faculdade de Medicina e de todas as outras unidades de ensino de saúde são os hospitais universitários. Fundação estatal não vai resolver nada, se não tiver orçamento próprio. Uma hora somos MEC outra Ministério da Saúde. Mesmo com o hospital em crise, apesar de todas as dificuldades ainda estamos formando bons alunos. Eu nunca estive tão desanimado como agora. Desde 1970 vivi todas as crises. Mas esta de identidade — uma hora é MEC —, outra é saúde — é triste. O discurso de que a fundação vai propiciar a contratação de profissionais a preços de mercado admite que o que é pago é ridículo. Diz: vou pagar melhor, mas vou tirar seus direitos. Os servidores têm direitos, mas recebem mal. Para recebermos mais, tiram direitos”.

NOSSOS DIREITOS

FGTS: Assembléia destitui advogado

A assembléia geral específica sobre o FGTS, realizada na tarde do dia 20 — após a assembléia que decidiu a paralisação — aprovou a revogação da procuração dada pelo SINTUFRJ ao advogado Julio Romero para a ação da 29ª Vara Federal e a sua substituição pelo advogado André Viz, que é assessor jurídico do Sindicato. A direção do Sindicato já havia tomado essa decisão em reunião, mas precisava submetê-la à aprovação da categoria.

Presente a assembléia, o assessor esclareceu algumas questões para a categoria. André Viz não pôde se aprofundar nas explicações sobre a ação da 29ª vara devido a limitação imposta pelo Código de Ética dos advogados e também por não ter acesso as informações da ação. Uma nova assembléia será convocada para esclarecimentos e encaminhamentos depois que o assessor se inteirar dos detalhes das ações, após o cumprimento da burocracia processual para substituição de advogados.

André Viz explicou sobre a fase em que se encontra o processo do FGTS da 29ª Vara Federal e também o processo da 9ª Vara, esclarecendo a diferença entre cada um. Um se deve a primeira ação movida no ano de 1995, na 29ª Vara Federal, no qual foram beneficiados muitos sindicalizados que já receberam e estaria pendente um grupo de sindicalizados que não receberam. Outro, é uma segunda ação, movida posteriormente na 9ª Vara Federal, em que deveriam ser incluídos aqueles que não pertenciam a primeira ação.

Três grupos

O assessor jurídico disse que atualmente patrocina a ação da 9ª Vara exclusivamente para defender o Sindicato em relação a multa aplicada pelo juiz. Sobre a orientação acerca da ação da 29ª Vara Federal, ele disse que somente poderá ocorrer após a definição sobre o patrocínio da causa.

Dúvidas e questões foram levantadas na assembléia e dentro do possível foram explicadas à categoria para que esta pudesse decidir melhor. Segundo o assessor, a ação da 29ª Vara Federal possui três grupos: aquele que recebeu o crédito de resídulos do FGTS e pagou os honorários; aquele que também recebeu e não pagou honorários (e permanece com a obrigação de pagar) e um último grupo que nada recebeu. “Há muitas coisas que podem ser definidas quando o processo tomar seu curso”, afirmou André Viz.

Assessor jurídico do SINTUFRJ, por decisão da assembléia, é o substituto

Entenda a questão

Em 1992, os sindicalizados do SINTUFRJ aprovaram em assembléia geral a contratação de um advogado externo aos quadros do Departamento Jurídico do SINTUFRJ para ajuizar a ação do FGTS. No ano seguinte milhares de sindicalizados estavam tendo suas contas liberadas e o montante dos valores depositados em conta do SINTUFRJ, e assim foi possível a execução coletiva do pagamento.

Em 1995, o mesmo advogado contratado ajuizou nova ação judicial visando à correção das contas de FGTS decorrentes de expurgos inflacionários de milhares de sindicalizados, que, mediante au-

torização, participam de ação na 29ª Vara Federal.

Em 2001, viveu-se a discussão de pagamento de perito, inclusive se chegou a receber depósitos para tal fim, mas foram devolvidos, sendo os custos da perícia incluídos no processo. Apesar de a diretoria em dezembro de 2001 ter detectado procurações na sede do Sindicato que não estavam no processo (nomes com asterisco na listagem na página do SINTUFRJ), foi informada que estas seriam incluídas.

Esta ação foi julgada procedente, e muitos sindicalizados receberam os valores decorrentes do FGTS. Neste processo não foi feita a libe-

ração dos valores de forma coletiva e cada sindicalizado teve que ir à CEF para saber se sua conta estava liberada. Mas vários sindicalizados começaram a questionar a não liberação de seus saldos. O advogado contratado, então, informou a Diretoria Executiva do ajuizamento de uma nova ação, desta feita distribuída para a 9ª Vara Federal, que teria como finalidade contemplar aqueles que não participaram da primeira ação.

Com o aumento da insatisfação dos sindicalizados, teve início o plantão de atendimentos quinzenais do advogado contratado, que não se demonstrou suficiente para

os esclarecimentos, e, somado a isso, a Diretoria Executiva teve conhecimento de uma multa de valor extremamente elevado.

O Sindicato, então, suspendeu preventivamente o repasse referente a depósitos que vinha recebendo em conta aberta para pagamento de honorários do advogado, visando resguardar a responsabilidade de perdas e danos pela multa que foi aplicada pela Justiça em razão da conduta do advogado.

O Sindicato revogou a procuração do processo da 9ª Vara, e constituiu seu assessor jurídico para defendê-lo na questão da multa e promoveu representação na OAB/RJ comunicando o ocorrido. Na 9ª Vara, foi verificado que a nova ação foi movida em nome de apenas uma sindicalizada, sendo requerida a extensão dos efeitos para o Sindicato. O juiz entendeu que o procedimento era contrário à Lei, e, excluindo o Sindicato do processo, aplicou-lhe uma multa.



Fotos: Cícero Rabello

SUBSTITUIÇÃO. André Viz, na assembléia que afastou Julio Romero. Muita gente foi ao auditório do CT onde o assunto foi discutido



Comissão Interna de Supervisão

A Comissão Interna de Supervisão divulga seus atuais horários de atendimento:

Segundas, quartas e sextas-feiras, das 9h às 16h.

Terças e quintas-feiras, das 9h às 14h.

Os atendimentos serão realizados no prédio da Reitoria, sala 833, telefone 2598-1819. Na internet www.pr4.ufrj.br

Paternidade em foco

Nesta sexta-feira, dia 29, a Maternidade-Escola da UFRJ apresentará o V Fórum de Debates sobre Paternidade. Diversos pesquisadores na área de Obstetria, Psicologia, Assistência Social, entre outras especialidades, falarão sobre o papel dos pais no cuidado com seus filhos, principalmente nas áreas de Educação e Saúde. A Maternidade-Escola oferecerá certificados aos participantes. O evento será realizado das 8h às 12h30 na Rua das Laranjeiras, 180. Mais informações e inscrições pelo telefone 2556-9747 ou no dia do evento, das 8h às 9h. A inscrição é gratuita e as vagas são limitadas.

ECONOMIA

CUT discute efeitos da inflação

Jornada nacional de debates sobre o tema "A inflação e as campanhas salariais"

A volta da inflação, especialmente com a elevação dos preços de consumo popular, provocou a realização de uma campanha da CUT e outras centrais sindicais para combater suas implicações e efeitos sobre os trabalhadores. Em todo o país está em curso a jornada nacional de debates com o tema "A Inflação e as Campanhas Salariais" promovida em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No Rio, a seção regional do Dieese e a CUT-RJ promoveram debate dia 18 de agosto para discutir o tema. O encontro foi no Sisejufe-RJ – Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – e reuniu dezenas de dirigentes sindicais.

A apresentação foi feita pelo coordenador de Estudos e Desenvolvimento do Dieese nacional, Ademir Figueiredo, que fez uma longa exposição sobre o tema. Ele destacou que a retomada da inflação, que atinge os assalariados de menor rendimento, está servindo de pretexto para o pensamento conservador frear a economia, aumentar a taxa de juros e brechar as negociações salariais dos trabalhadores.

Em nota, a direção executiva da CUT nacional destaca que a retomada da inflação deve-se a duas crises na economia internacional: uma de natureza financeira e outra provocada pelos aumentos dos preços internacionais dos alimentos, do petróleo e de outras maté-

rias-primas. O que refletiu na economia brasileira, mas não de forma estrutural. Assim, não cabe a mudança na política reduzindo o nível de emprego, que nos últimos anos vem apresentando recuperação.

Custo de vida

"Desde abril e maio a elevação do custo de vida vem apontando a alta do preço de alimentos básicos, inclusive com aumentos significativos. Assim, chamamos atenção para o aumento do preço do conjunto dos alimentos. Isto caracteriza aumentos de preços localizados no conjunto de produtos. Agora, passar de um diagnóstico de inflação localizada para inflação generalizada ou de demanda como estamos assistindo tem implicações políticas e de alteração na política econômica extremamente significativas", avalia Ademir Figueiredo.

Com isso, o Banco Central (BC) iniciou o "seu mantra de frear o crescimento através do aumento da taxa de juros", diz Ademir. O técnico do Dieese então questiona: "Em que a taxa de juros vai derrubar o preço internacional do petróleo? Do trigo na Bolsa de Chicago? Ou derrubar o preço do óleo de soja no mercado internacional? Isso não se explica nesse diagnóstico".

Banco Central

Em relação ao crescimento do emprego e ao crescimento da massa de salários, outro argumento



18 DE AGOSTO. A CUT-RJ e o Dieese organizaram debate sobre inflação. Abaixo, Neuza

utilizado pelo Banco Central como fatores de acirramento da espiral de preços e salários para o aumento da inflação, Ademir Figueiredo rebate com o argumento de que cresceu o salário médio, mas que está sob controle. "Estão bem comportados e com uma leve recuperação nos últimos dois anos, porém abaixo do patamar de 2002". No entanto, a sanha dos economistas conservadores recai em cima dos salários dos trabalhadores. O técnico do Dieese acrescenta que há recomendação explicitada em ata do Copom – Comitê de Política Monetária do BC – que diz o seguinte: "Não sejam tão generosos com os salários".

Assim, Ademir explica por que o Banco Central eleva a taxa de juros, que é para conter a atividade econômica e a capacidade de consumo dos trabalhadores. "Este



diagnóstico está cravado nas nossas costas", sentencia. O coordenador de Estudos e Desenvolvimento do Dieese afirma que isto é um desastre do ponto de vista da sociedade e da classe trabalhadora. "Vão tentar passar a conta para os trabalhadores".

No debate realizado após a apre-

sentação de Ademir Figueiredo, a presidente da CUT-RJ, Neuza Luzia, afirmou que a inflação está na ordem de prioridades da Central ao lado das campanhas pela redução da jornada de trabalho e pela ratificação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho.

O QUE É A CONVENÇÃO 151

O que significa OIT e o que faz parte dela?

- É uma agência do sistema das Nações Unidas fundada em 1919. Sua estrutura é tripartite, ou seja, reúne representantes dos empregadores, dos trabalhadores e dos governos. Portanto, essas normas são instrumentos jurídicos internacionais que estabelecem princípios e direitos básicos no trabalho.

O que é tratado na Convenção 151?

- Trata da organização sindical e do processo de negociação dos trabalhadores do serviço público. Portanto, esta convenção é uma garantia importante a todas as organizações que promovem e de-

fendem os interesses desses profissionais.

O que está previsto na Convenção 151?

1 – Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação de liberdade sindical em matéria de trabalho;

2 – Independência das organizações de trabalhadores da função pública em face às autoridades públicas;

3 – Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de tra-

balhadores da função pública;

4 – Concessão de facilidades aos representantes das organizações reconhecidas dos trabalhadores da função pública, com permissão para cumprir suas atividades, seja durante as suas horas de trabalho ou fora delas;

5 – Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública;

6 – Garantia dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.

OPINIÃO

Com a Constituição de 1988, os servidores públicos civis tiveram reconhecido o direito de organização sindical e o direito à greve. Portanto, a Convenção 151 pretende romper com os resquícios do estado autoritário, defendendo a autonomia sindical.

Sendo assim, é importante que todos os trabalhadores que foram eleitos na qualidade de Delegados Sindicais de Base e também na Direção da entidade saibam que nossa luta pela aprovação da Convenção 151 no Congresso Nacional é uma luta que não deve ter cor de bandeira, pois somos todos sindicalistas.

É importante que a categoria, principalmente aquele que exerce Função de Chefia, tenha a devida compreensão que a participação de um companheiro nas atividades sindicais muitas vezes acaba levando o trabalhador a cumprir uma jornada de trabalho muito maior, inclusive sacrificando o convívio familiar.

Por fim, é importante registrar que historicamente na UFRJ o exercício do mandato sindical sempre foi garantido pelos reitores, inclusive pelo Vilhena. De qualquer forma, estamos em campanha nacional pela aprovação desta convenção junto ao Congresso Nacional e esperamos que esta Reitoria mantenha intocável e inviolável os itens constantes da Convenção 151 da OIT.

Francisco de Assis dos Santos
Coordenador-geral do SINTUFRJ

PESSOAL

Plano (ambicioso) de capacitação

Apesar dessa iniciativa, até hoje o programa de capacitação da UFRJ previsto na carreira ainda não foi aprovado no Conselho Universitário

A Reitoria tem a perspectiva de capacitar todo o corpo técnico-administrativo. Mil trabalhadores farão parte de cursos de capacitação já em 2009. Estas são algumas das metas do novo programa de desenvolvimento e valorização dos trabalhadores da UFRJ em gestação na PR-4. O reitor Aloísio Teixeira constituiu uma comissão sob a coordenação de Rita Anjos - da Coordenação de Desenvolvimento Profissional -, que já começou a sistematizar propostas que, no final de 2008, serão apresentadas à UFRJ.

A comissão conta com a participação do próprio reitor, do pró-reitor de Pessoal Luiz Afonso, do superintendente Roberto Gambine. É formada pelos professores Maria Lucia Werneck, da Economia, Eleonora Ziller, da Faculdade de Letras, Tatiana Sampaio, do ICB, e Cândida Maria de Souza, do Instituto de Psicologia. E pelos técnicos-administrativos em educação Regina Magalhães, Lennin Pires, da Codep, Ana Maria Ribeiro, do Instituto do Coração, e Maria Goreth, do CFCH.

“O reitor pediu prioridade para o planejamento de ações que ampliem o que é oferecido em termos de aprimoramento profissional”, disse Roberto Gambine. A primeira reunião do grupo foi dia 19. “Há decisão da UFRJ de inserir na cultura da instituição necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores”, acrescentou.

Conhecimento

Segundo Gambine, estão entre os objetivos promover o conhecimento sobre o papel do servidor na sociedade; reduzir a diferença de escolaridade e eliminar a distância entre as necessidades quantitativas e qualitativas de pessoal da UFRJ e a sua força de trabalho.

O programa propõe o aprendizado em três módulos que os servidores têm que percorrer: capacita-

ção para o trabalho, com cursos sobre atividades administrativas e técnicas e domínio de ferramentas como informática e línguas estrangeiras; capacitação para a universidade, com domínio de conhecimento sobre a Universidade, seu papel e importância no desenvolvimento científico e tecnológico; capacitação para o Brasil, com conhecimentos de História, Economia e Política.

Também está prevista capacitação para dirigentes de unidades, centros e da administração, em conhecimentos como estrutura e estatuto da UFRJ, finanças públicas, licitação e legislação.

O programa prevê a criação de uma base de dados sobre todos os servidores, como escolaridade, atividades desenvolvidas na UFRJ, cursos, levantamento das necessidades individuais e institucionais de capacitação para dimensionamento da oferta de cursos nos próximos cinco anos. A comissão fará reuniões em unidades e centros, para discutir as demandas individuais e coletivas.

“Em paralelo vamos ampliar um programa de estímulo à educação formal”, explicou o superintendente. Os trabalhadores serão incentivados a completar o nível fundamental, médio, graduação,

mestrado e doutorado.

Para isso, segundo ele, o programa vai buscar o envolvimento de todas as instâncias da UFRJ. Um dos desafios na tentativa de construir um novo perfil de formação é a dificuldade de liberação dos funcionários para participarem dos programas que, lembra Gambine, são institucionais.

Plano ainda engatinha

Nivaldo Holmes, coordenador da Comissão Interna de Supervisão, avalia que a política de capacitação ainda engatinha: “Falta uma política coordenada voltada para todos os níveis. Como promover cursos se a UFRJ nem mesmo tem um dimensionamento da sua força de trabalho? E as metas institucionais que devem servir de base para a capacitação? Elas deveriam estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, mas a

Reitoria informou que o PDI da UFRJ era o seu Programa de Reestruturação e Expansão. Neste caso, que metas seriam essas?”, questionou.

Seminário

Nos dias 24, 25 e 26 de setembro, a UFRJ sediará o II Seminário Nacional de Capacitação. Será um evento institucional, que reunirá pessoal das áreas de Recursos Humanos das Ifes. O encontro será aberto aos profissionais das sessões de pessoal da UFRJ. A abertura, às 14h, dia 24, contará com a participação do reitor, da PR-4, codep e DRH, seguida de palestra sobre o papel dos técnicos-administrativos em educação. No dia 25 o debate será sobre avaliação, capacitação e dimensionamento. No dia 26 haverá palestra de Maria do Socorro, do MPOG. Veja a programação na página <http://www.pr4.ufrj>.



Foto: Niko Júnior

IVALDO HOLMES. Preocupado com o aperfeiçoamento



Foto: Niko

SUPERINTENDENTE GAMBINE. Plano ousado

Avaliação de 360 graus

A Sessão de Avaliação de Desempenho reuniu-se semana passada para concluir sua proposta de Avaliação de Desempenho. Josete dos Santos, chefe da Sessão, expli-

cou que de acordo com esboço que seria discutido com os demais, a proposta é inovadora e vai além dos conceitos da antiga forma de avaliação porque analisa o desem-

penho do servidor “sob um ângulo de 360 graus. O servidor se avalia, é avaliado pelo superior imediato, há uma avaliação da equipe e a chefia é avaliada, assim como a

instituição e as condições de trabalho. Vai haver avaliação até por parte dos usuários. A DRH estuda como fazê-lo”, explica ela. Se aprovada, haverá necessidade de pales-

tras e cursos para que a idéia se dissemine. “A proposta não está fechada”, explicou, “mas os critérios são bons. É preciso que os gestores pactuem com a gente”.

O FUTURO DA UFRJ

Plano Diretor: prazo final para emendas

Um dos pontos mais polêmicos é o direito de optar pela transferência ou não de unidades para a Cidade Universitária

Foto: Internet



CAMPUS DA PRAIA VERMELHA. Um dos centros do debate é a transferência de unidades para o campus do Fundão

Dia 25 é o prazo máximo para entrega das emendas, ao Conselho Universitário, às diretrizes gerais que servirão de base para formulação do Plano Diretor da UFRJ, aprovadas em linhas gerais há um mês. O Consuni volta a apreciar o tema nesta quinta-feira, dia 28. Definidas as diretrizes, a UFRJ partiria para a formação de uma comissão técnica para elab-

oração do plano. Os técnicos-administrativos querem a participação da categoria neste comitê.

No dia 24 de julho, o Consuni votou pelo parecer do professor Alcino Câmara, da Comissão de Legislação e Normas, que indicava aprovação da proposta de diretrizes do Plano Diretor da UFRJ sem prejuízo das emendas que fossem apresentadas em 30 dias.

O plano diretor será o instrumento para orientar a expansão e o desenvolvimento físico e patrimonial da universidade e para planejar a destinação do uso de recursos em espaços e instalações.

Entre as diretrizes aprovadas, em princípio está a de promover as condições para cumprimento das metas do Plano de Reestruturação e Expansão da UFRJ, com

uma nova lógica de ocupação da Cidade Universitária que combine conceito de integração e convergência acadêmica e administrativa. Na Ilha haveria áreas de ciências de saúde e da vida, ciências da natureza e tecnologia e de humanidades e ciências sociais. Além de um espaço central de integração no centro da Ilha, onde estará a administração central e

entidades representativas da comunidade.

Um dos pontos mais polêmicos do plano, o direito de optar pela transferência de unidades ou não para a Cidade Universitária, é acompanhado, na proposta, da garantia da qualidade de instalações para todos. Estas são apenas algumas das 28 páginas de propostas, algumas já com emendas.

ESPORTE

Futebol 2008

A Coordenação de Esporte e Lazer convida a categoria para participar do Campeonato de Futebol dos Servidores da UFRJ. Representantes das equipes da Praia Vermelha, CLA, COPPE, CCS, Prefeitura, Reitoria, CT, CCMN, Museu Nacional, Vila

Residencial, Vigilância, HU, Instituto de Biologia, IPPMG, Instituto de Química e Faculdade de Direito devem comparecer à subsede do SINTUFRJ, no subsolo do HU, no dia 28/8, às 10h, para pegar a programação do campeonato.

Futebol de salão

A Coordenação de Esporte e Lazer está convidando atletas que queiram participar do time do SINTUFRJ de Futebol de Salão. Os atletas serão preparados para a Copa Fasubra, que acontecerá no final do ano. Mais informações e inscrições com Edmilson (Pule), Rubinho, Vilton, Joselia (Maternidade-Escola) ou Jorge Pierre (CCS) e na subsede sindical do HU.

Errata

Diferentemente do que divulgamos na edição 828, a Coordenação de Esporte do SINTUFRJ é formada por Edmilson Gomes, Vilton Cardoso e Rubens Nascimento, que foram a Brasília decidir pela data da Copa Fasubra, programada para ser realizada de 10 a 19 de dezembro.

Foto: Divulgação



QUINTA-FEIRA. No campo da Prefeitura, time do SINTUFRJ se prepara para Copa Fasubra

Amil Saúde: mudança na tabela e reajuste 2008/2009

Encontra-se disponível no SINTUFRJ a tabela com os novos valores do plano Amil Saúde. Novas adesões de 1º a 23 de setembro próximo, na sede e subsedes (Praia Vermelha, IFCS e HU) do Sindicato. O plano dará direito ao plano odontológico Amil Dental 1. Maiores informações no Setor de Convênios (tel.2270-5268)

TRÂNSITO NO FUNDÃO

Falta de verba impede medidas contra alta velocidade no Fundão

Plano prevê implantação de sinais de trânsito e controladores de velocidade na Cidade Universitária

As medidas contidas no relatório da comissão de trânsito da Cidade Universitária, que prevêem instalação de semáforos e controladores de velocidade, ainda não foram implementadas por falta de verba, informou o vice-prefeito da UFRJ, Ivan Carmo. Para resolver o problema, a Prefeitura Universitária está se articulando com a Prefeitura do Rio de Janeiro. A parceria garantiria à Universidade utilizar equipamentos para controle de velocidade, cujos preços são altos, cedidos pelo Município.

Segundo Ivan Carmo, os equipamentos registrarão os infratores, mas não aplicarão multas. “Pensamos como alternativa de punição impedir que os infratores voltem a entrar de carro no campus por 15 ou 30 dias, a partir do segundo registro por excesso de velocidade. Nosso objetivo não é ganhar dinheiro, mas forçar o motorista a ter uma boa conduta no campus”, disse. Também está previsto o envio de correspondência sobre velocidade e obrigações dos motoristas no campus para quem for flagrado cometendo infração.

Já nos próximos dias deverão ser instalados os semáforos que funcionarão em frente à Faculdade de Letras e na Reitoria. Também já está pronta a sinalização horizon-

“Pensamos como alternativa de punição impedir que os infratores voltem a entrar de carro no campus por 15 ou 30 dias, a partir do segundo registro por excesso de velocidade”

**Ivan do Carmo,
vice-prefeito**

Nove mil carros cadastrados

Já existe um cadastro com mais de 9 mil carros que seriam identificados na entrada e saída do campus. Do projeto de segurança, orçado em mais de R\$ 1 milhão em 2006, cerca de 10% ainda não foram repassados à UFRJ. “É o que falta para comprarmos cancelas para todos os portões, fazer o recadastramento dos usuários do campus

e cadastrar a frota de ônibus”, informou Carmo. No caso de visitantes, o cadastro será realizado na hora da entrada. Câmeras de monitoramento, que já estão compradas, serão espalhadas pela Cidade Universitária, e através de uma central se terá controle interno e de acesso das áreas externas.

Além dessas medidas, está

previsto um sistema de informações, que atenderá principalmente os visitantes, mas que servirá a toda a comunidade universitária. “Um dos objetivos é instalar um sistema de informação no portão de acesso da Av. Brigadeiro Trompowski, no qual o usuário ou visitante poderá se informar sobre que caminho seguir para os diversos centros e unidades da Universidade”, antecipou o vice-prefeito.

tal da Avenida Paulo Rocco. “O que precisamos com urgência é de medidas educativas. Hoje mesmo pude presenciar um ônibus passando por cima da sinalização recém-pintada. Deveríamos ter um perfil de motoristas muito melhor do que temos. Afinal, esta é uma casa de formação, um espaço de construção do indivíduo”, afirmou o vice-prefeito.

Projetos

Estava prevista uma série de atividades focadas na educação dos motoristas e pedestres, mas o Detran cancelou todas as reuniões que seriam realizadas com a Prefeitura Universitária. “Acredito que a mudança na presidência do Detran tenha contribuído para o atraso dos projetos, mas ainda torço para

que esse casamento dê certo”, afirmou Carmo. Uma das ações previstas era a instalação do “acidentômetro”, equipamento de 10 metros de altura que indicaria o número de acidentes ocorridos. “Dependemos do órgão para fechar o programa de educação no trânsito”, concluiu.

Ainda como medida para tentar literalmente frear os automóveis, o Plano Diretor da Cidade Universitária prevê um projeto de construção de uma espécie de anel viário no entorno da Ilha do Fundão. As vias internas seriam utilizadas, obrigatoriamente, como vias de baixa velocidade. “Esse cinturão seria utilizado por quem quisesse se deslocar por distâncias maiores e em menos tempo. As vias internas seriam apenas para fazer a ligação entre os

prédios. É uma idéia que ainda não tem prazo para ser implementada, porque precisa ser melhor estudada”, disse Carmo.

Engarrafamentos

Noticiada no início do mês pela UFRJ On line, a construção de uma ponte, como mais uma alternativa de saída para a Linha Vermelha, é um projeto de fins de 2007. “O projeto tem apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro, mas ainda não há linha de financiamento disponível”, informou Ivan do Carmo, que garante que o projeto ajudará a UFRJ a enfrentar o problema de engarrafamento e também às empresas da região do Pólo Xistocímico, mas acrescentou que ainda não é a solução para o fim dos congestionamentos no campus.

Esgoto a céu aberto... no hospital

Mau cheiro, água podre e detritos brotam com o vazamento do esgoto no subsolo do HU, bem em frente à subsede do SINTUFRJ. O problema se agravou nas últimas semanas. A área fica ensopada com a lama fétida, e os carros passam espalhando os resíduos.

A situação, por si só inaceitável para um grande hospital, é resultante de uma obstrução na tubulação interna. O vazamento atingiu também uma área importante no interior da unidade, também no subsolo: o setor de Ressonância Magnética, pondo em risco equipamentos de dois milhões e meio de reais.

O problema começou em meados de junho. O Sindicato buscou contato com a direção do hospital, mas inúmeras dificuldades foram apontadas para a solução do problema desde então. Semana passada, finalmente uma reunião entre a direção do Hospital e a Prefeitura pareceu dar rumo à solução do problema.

O diretor da Divisão de Engenharia do Hospital, Jairo Vilas Boas, explicou que foi verificada uma possível obstrução de um trecho em uma das redes de esgoto do hospital. Na semana passada as obras para sanar o problema começaram.



Foto: Cicero Rabello

IMAGEM QUE COMPROMETE. Vazamento de esgoto diante da subsede sindical no HU

INSATISFAÇÃO

Funcionários de hospital reclamam contra autoritarismo de direção

Cerca de 70 servidores do Hesfa fazem assembleia para discutir problemas que vão de descontos indevidos a retaliações diversas

Insatisfeitos com as arbitrariedades da atual direção do Hospital-Escola São Francisco de Assis, os funcionários do Hesfa decidiram realizar assembleia e convidaram o SINTUFRJ para ajudar a resolver os conflitos existentes. Os funcionários reclamam de descontos indevidos por falta e atraso na folha de pagamento e de retaliações quando não concordam com as decisões tomadas pela direção.

A diretoria, composta por Cristina Loyola e pela vice Carla Araújo, é também acusada de ser ausente e de não receber os funcionários quando solicitada. "Estamos tendo uma direção despota, que não conversa e que não respeita os funcionários. Se pudessemos conversar, mas ela não nos ouve. Os coordenadores que não fazem parte da 'panela' estão sofrendo retaliações", afirmou a fonoaudióloga Bernadete Tavares.



BERNADETE TAVARES. Fonoaudióloga do Hesfa

Assédio moral

Durante a assembleia, que teve participação de 69 funcionários, vários foram os depoimentos sobre o desrespeito sofrido pelos servidores e até situações de assédio moral. O coordenador-geral do Sindicato, Jéferson Salazar, instruiu os funcionários a denunciarem os casos como assédio moral. O Instituto de Estudos em Saúde Coletiva realizará ainda neste mês uma visita ao Hospital para detectar as situações de assédio moral.

Uma das funcionárias presentes reclamou das péssimas condições de trabalho. "Nos dias quentes o sol invade a sala e não temos ar-condicionado. Trabalho com crianças neuropatas, que podem sofrer convulsões a qualquer momento. Não posso atendê-las nessas circunstâncias. É insalubre. A direção tem três aparelhos de ar-condicionado", afirmou.

Carga horária

Os funcionários reclamam também por serem descontados por uma carga horária de trabalho que não

deveriam cumprir. Jéferson e o também coordenador-geral Francisco de Assis, esclareceram que existe um acordo, previsto inclusive no Regime Jurídico Único, que admite 30 horas de

trabalho para quem tem carga de 40 horas, desde que as 30 horas sejam cumpridas na semana com 6 horas corridas ao dia. Francisco de Assis destacou a Imobilização contra o proje-

to que cria as fundações estatais de direito privado que ameaça os hospitais, inclusive com a separação da folha de pagamento do restante dos funcionários.

Fotos: Cicero Rabello



ASSEMBLÉIA. Funcionários em reunião, com a participação de diretores do Sindicato

Eleição à vista

Como a atual direção é uma direção de intervenção, indicada pelo reitor Aloísio Teixeira num momento de crise do Hesfa, o Hospital está se organizando para um novo pleito. A Comissão Eleitoral se reunirá nesta semana com a direção e na próxima divulgará o cronograma das atividades. O que revolta os funcionários é que a atual direção, apesar de sua atuação desrespeitosa, quer se eleger para um novo mandato à frente do Hospital, concorrendo, inclusive, como chapa única. "Para não se repetir uma situação de intervenção, é preciso que os funcionários respaldem as ações da

Comissão Eleitoral. Precisamos construir uma candidatura dos trabalhadores. Esse é o encaminhamento para unificar o Hesfa", afirmou o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis.

Veja os encaminhamentos

Os funcionários votaram por unanimidade os seguintes encaminhamentos:

- elaboração de documento reafirmando os nomes dos companheiros que fazem parte da Comissão Eleitoral;
- reafirmar, por escrito, posição de eleição paritária;
- encaminhar pauta de rei-

vindicações pelas condições de trabalho à direção com cópia ao reitor;

- o Sindicato representará os trabalhadores do Hesfa nas negociações com a direção.

Ainda esta semana o Sindicato enviará documento à direção solicitando reunião para apresentar as principais reivindicações dos funcionários. O SINTUFRJ, em data a ser definida, colocará também um advogado à disposição dos funcionários do Hesfa para solucionar problemas relacionados a descontos indevidos na folha e abusos de autoridade denunciados.

NECESSIDADES ESPECIAIS

Brasil ratifica Convenção que preserva direitos de pessoas com deficiência

O Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, aprovado pelo Senado, ratificou os direitos das pessoas com deficiência contidos no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), assinado em Nova Iorque em 30 de março de 2007. A Convenção prevê que os países que ratificarem o documento devem se

comprometer a adotar medidas para assegurar direitos e igualdade de condições entre portadores e não-portadores de deficiência.

O texto exige o comprometimento dos países em desenvolver estudos e projetos, além da utilização de novas tecnologias, que potencializem a comunicação e a livre locomoção das pessoas portadoras de necessidades especiais. Esses países,

de acordo com a Convenção, tornam-se obrigados a abolir qualquer ato ou prática, ainda que cultural, que fira os direitos humanos das pessoas com deficiência. O descumprimento de quaisquer itens da Convenção, como, por exemplo, acessibilidade a ônibus, será considerado discriminação.

Devido a seu status constitucional, toda lei elaborada a partir

de agora deverá, necessariamente, observar os princípios da Convenção. Grupos ligados à defesa das pessoas com deficiência comemoraram a assinatura, embora afirmem que o país perdeu a oportunidade de ficar entre os 20 primeiros a ratificarem o documento.

Aproximadamente 25 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. A Convenção entrou em vigor

no mundo no dia 3 de maio, quando o 20º país a ratificou. Até agora 29 países ratificaram o tratado: África do Sul, Bangladesh, Brasil, Catar, Croácia, Cuba, Egito, El Salvador, Equador, Espanha, Filipinas, Gabão, Guiné, Honduras, Hungria, Índia, Jamaica, Jordânia, Mali, México, Namíbia, Nicarágua, Níger, Panamá, Peru, Quênia, San Marino, Eslovênia e Tunísia.

Retrato do abandono



Fotos: Cícero Rabello

A fachada do prédio secular que abriga o Hospital-Escola São Francisco de Assis (Hesfa), da UFRJ, na Avenida Presidente Vargas, não deixa dúvidas: a imagem é de devastação. Quem incursiona pelo interior da instituição custa a crer que ali são dependências hospitalares. No andar superior, o teto, o telhado e as paredes estão literalmente caindo aos pedaços. Em alguns momentos, a sensação que temos é de estarmos num prédio-fantasma. Conhecido pelo atendimento especializado na área de reabilitação psicomotora, o Hesfa só tem condições de destinar uma pequena parcela dos seus 7 mil metros quadrados de área construída para o atendimento a pacientes.



DESOLADOR. Fiação exposta, fachada interna de construção abandonada, varanda insegura, tetos despedaçados, limo, janelas quebradas. O prédio do Hesfa é o desenho de inacreditável decadência. Você acredita?



As paredes externas e internas estão tomadas por limo. Tijolos expostos mostram a fragilidade do prédio construído em 1870 e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O segundo andar virou abrigo para bombos, o que torna o lugar um potencial foco de infecções. Asala de terapia ocupacional, que recebe pacientes diariamente, possui as paredes e o teto mofados. O teto onde funcionava a Unidade de Problemas Relacionados ao Alcool e Drogas (Uniprad) caiu e a unidade passou a atender os pacientes na cozinha onde funcionava a Nutrição.

Funcionários reclamam das poucas condições de trabalho. "Todos os materiais da fonoaudiologia e terapia ocupacional são comprados pelos próprios funcionários ou por doações, inclusive de pacientes", afirmou a fonoaudióloga Bernadete Tavares. Funcionários que preferiram não se identificar denunciaram que os colegas sofrem retaliações por parte da direção.

Segundo funcionários, a direção alega não ter dinheiro para comprar materiais e fazer obras de manutenção. Mas o fato é que a degradação sugerida por essas imagens revelam um prédio agonizante diante dos olhos da cidade. O prédio do Hesfa pede socorro como habitação que abriga um hospital e pelo seu valor como patrimônio histórico e arquitetônico.

